

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DO  
MEIO AMBIENTE – COEMA,  
REALIZADA EM 13 DE JULHO DE  
2012.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

Aos 13 dias do mês de JULHO de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 44ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a presidência da **DR. JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESPA, **ALEX FIÚZA DE MELLO** representante da SECTI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **ARMANDO TEIXEIRA SOARES** representante da FAEPA, **MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA** representante do Ministério Público do Estado do Pará, e **MARCO ANTÔNIO CARRERA FERREIRA** representante dos funcionários da SEMA e como convidados: *Luiz Flávio Bezerra* - DILAP/SEMA, *Clythio Van Buggenhout* - CARGILL, *Sandra Silva* – CARGILL, *Ione Nóvoa* – CPEA, *Dérick Martins*- FIEPA, *Edna Corumbá* – Geinfra/SEMA, *Carla Pereira* - SEMA, *José Roberto Damasceno*- SEGUP, *José Antônio Cajango* - NPC/SEGUP. Dando início à 44ª Reunião Ordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras do Presidente do COEMA: **I- Abertura: Dr. Alberto Colares:** Bom dia pessoal, nós vamos dar início a sessão de apreciação do projeto da CARGILL, o projeto que o EIA/RIMA está há quase quatro anos aqui, o EIA/RIMA é de 2008 e a ideia é a apreciação com relação à regularização por parte do licenciamento de instalação e a renovação do licenciamento de operação. Antes da exposição que deve ser feita sobre o projeto e a leitura do parecer técnico da câmara técnica, no ordenamento da pauta, primeiro está configurado, e para a gente ser objetivo, a avaliação e aprovação da 43ª reunião ordinária e da 47ª reunião extraordinária do COEMA. Há algum comentário, questionamento? Bom, não havendo nenhum questionamento, estão aprovadas. Seguindo a ordem aqui, a gente chama para conhecimento do parecer da câmara técnica. **Dr. José Leal:** Tem ainda uma reiteração pedindo a devolução dos processos punitivos que saíram de pauta com pedido de vistas. **Dr. Alberto Colares:** Ah, desculpe eu pulei aqui. Nós temos aqui o problema de que há tempos uns processos punitivos foram retirados com pedido de vistas pelo deputado Fernando Coimbra desde o ano de dois mil e onze e o deputado não se fez mais presente. Tu tens algum esclarecimento a mais para fazer sobre isso? **Milton Maués (secretaria executiva do coema):** Não, ele só levou os processos e é mandado convite para ele sempre e ele não comparece mais. **Dr. Alberto Colares:** E hoje um dos motivos dessa reunião ser sexta-feira é exatamente por que ele solicitou que fosse sexta-feira, por causa da plenária da Assembleia Legislativa. **Dr. José Leal:** Eu quero aproveitar secretário, eu imagino também que não seja o momento apropriado, mas eu quero aproveitar e exatamente levantar uma questão a respeito das frequências dos conselheiros e nessa questão da ALEPA eu prefiro não citar o conselheiro, mas a ALEPA que é a responsável, que tem assento aqui, ela precisa se manifestar, porque ela só teve presença em uma única reunião e se não estou enganado foi exatamente na reunião

48 que o conselheiro levou os processos e isso já faz mais de ano e não só na se faz  
49 presente o conselheiro titular, nem o conselheiro suplente e nem a ALEPA dá qualquer  
50 esclarecimento a respeito de sua ausência. Então, eu gostaria muito de pedir ao  
51 próprio COEMA que encaminhasse uma documentação a ALEPA e pedir os  
52 esclarecimentos e quem sabe destacar outros deputados para se fazer presente nas  
53 reuniões, pois nós gostaríamos muito que houvesse esse comprometimento dos  
54 conselheiros. **Dr. Alberto Colares:** Registrada e aceita a proposição. Bom, em  
55 seguida a gente vai tratar do parecer técnico e eu pergunto se a empresa antes quer  
56 fazer alguma exposição, hein Clythio? **Clythio Backx:** Bom, eu gostaria sim, de uma  
57 forma bem curta, né? Alguns conhecem o histórico ou estiveram nas quatro audiências  
58 públicas que já foram realizadas, logo, vou resumir minha exposição. No final da  
59 década de noventa, a companhia Docas do Pará licitou para operação, mediante  
60 ordenamento, por prazo determinado de vinte e cinco anos, a operação no terminal de  
61 transbordo de grãos no Porto Público de Santarém, que é um Porto Federal  
62 consolidado desde a década de setenta, e como tal, de onde operam diversas outras  
63 atividades como derivado de petróleo, e na prática, durante trinta anos, foi um enorme  
64 terminal de exportação de madeira. Hoje ainda há esse comércio de madeira, mas em  
65 um percentual muito menor do que representa o movimento do porto, portanto, havia  
66 perspectiva de possibilidade de produção local e escoamento também da produção do  
67 Centro-oeste através do sistema hidroviário e isso foi licitado pela CDP e a CARGILL  
68 se candidatou a operar o terminal e ganhou a licitação e recebeu o terreno para  
69 construir seu terminal. Durante a consolidação desse empreendimento foi consultada a  
70 SEMA, pela assessoria que trabalhava para a CARGILL na época, qual era o  
71 documento adequado, porque lá no terminal foi orientado da necessidade de um plano  
72 de controle ambiental, pois o terminal estava dentro de um Porto Federal e já com  
73 licença para diversas operações portuárias, então, foi feito um plano de controle que  
74 foi aprovado e emitido na LO e iniciaram os questionamentos com relação ao dano  
75 arqueológico e foi constatado que não houve esse dano pelo laudo do IPHAN e isso  
76 que eu estou dizendo foi há dez anos, durante ainda a construção do terminal e na  
77 sequência houve questionamentos por parte do Ministério Público Federal com relação  
78 da necessidade do EIA/RIMA e em dois mil e seis, com o terminal operando há três  
79 anos, foi decidido, houve uma sentença pela necessidade de EIA/RIMA e a CARGILL  
80 recorreu porque ao longo desse processo deu-se ao público a noção de que a  
81 CARGILL não tinha cumprido os trâmites corretos de licenciamento, quando, no  
82 entanto, ela só fez aquilo que lhe foi orientado, se desde o início de mil novecentos e  
83 noventa e nove a dois mil tivessem dito que era necessário um EIA/RIMA, teria sido  
84 feito a época. Então, em que pese ela ter recorrido em dois mil e seis da decisão,  
85 dessa obrigatoriedade do EIA/RIMA, ela decidiu fazê-lo e para facilitar essa situação  
86 foi contratado uma consultoria consagrada, com profissionais renomados, o EIA são  
87 dez volumes de quinhentas páginas, são cinco mil páginas que foram objetos de um  
88 ano e meio de estudos intensos e foi protocolado na SEMA, salvo engano, em outubro  
89 de dois mil e oito, então não fechamos quatro anos, mas estaríamos a uns dias de  
90 fechar. Esse EIA foi um objeto de uma revisão, atendendo a observação da equipe  
91 técnica com relação a área de influência e uma série de outros detalhes e também  
92 essa revisão completou uma série de observações a época do próprio Ministério  
93 Público Federal, de maneira que ele tivesse a abrangência que era considerada  
94 necessária pelos técnicos da SEMA e por quem estava acompanhando por parte do  
95 Ministério Público e isso foi protocolado no início de dois mil e dez, o RIMA foi revisto,

96 foi reeditado, inclusive em fevereiro de dois mil e dez, protocolado novamente e  
97 iniciamos, então, o processo de audiências públicas, iniciamos por Santarém e depois  
98 houve uma audiência em Belém. Em Santarém o debate foi rico, tivemos mais de duas  
99 mil pessoas comparecendo e mais de cem perguntas escritas e cem manifestações  
100 verbais e questionamento verbais. Em Belém o processo já se esvaziou e nas duas  
101 outras audiências praticamente houve a fala para o vazio, sem nenhum tipo de  
102 questionamento ou pergunta que adicionasse nada ao processo, inclusive,  
103 surpreendentemente em Belterra, onde houve uma audiência talvez para os  
104 produtores e tal e fomos entrevistá-los e perguntamos: vem cá, qual é a oposição?  
105 Chegamos as Ruas e ninguém tem nada contra a CARGILL, do que se fala tanto  
106 contra. Então, ao longo desses anos, o choque inicial devido à imigração e a produção  
107 de soja já foi absorvido como em outros locais, já existe uma notável pacificação e  
108 interação sociocultural dos mais de duzentos e cinquenta produtores na região, aquele  
109 estranhamento inicial que a CARGILL não podia prever, mas que aconteceu, já foi  
110 absolutamente superado, a produção de soja hoje, se resume talvez a trinta mil  
111 hectares de trezentos a quinhentos agricultáveis na região, não atingiu nem dez por  
112 cento da área agricultável. O monitoramento dos satélites nos garante em parceria  
113 com a TNC, que é uma ONG que vive monitorando a produção, que a produção é  
114 sustentável e responsável, hoje a soja não é responsável, em função do acordo  
115 moratório da soja de dois mil e sete, nem por meio por cento do desmatamento na  
116 Amazônia, isso não quer dizer que esse meio por cento seja um desmatamento ilegal,  
117 só que as exportadoras não compram desse meio por cento, a moratória da soja prevê  
118 que a CARGILL e os demais não comprem soja produzida de uma área desmatada a  
119 partir de final de dois mil e seis, isso vem sendo monitorado por satélite em qualquer  
120 propriedade da ordem de vinte e cinco hectares, então a soja produzida no Oeste do  
121 Pará hoje é exemplo de sustentabilidade e de metodologia de mapeamentos para o  
122 resto do mundo e isso tem sido estudado muito, é a região produtora de soja mais  
123 monitorada do mundo e nos negócios da CARGILL este volume significa cinco a seis  
124 por cento do volume do terminal, a CARGILL mantém a captação da soja local em  
125 respeito a essas duzentas e cinquenta famílias que são produtores de soja na região e  
126 também porque ela deixaria de irrigar a região com oitenta, oitenta e cinco, noventa  
127 milhões por ano na economia local que é o que a CARGILL deixa quando compra a  
128 produção. Então hoje a gente considera que toda discussão já foi superada, todas as  
129 revisões que foram solicitadas, inclusive, houve última revisão em dezembro de dois  
130 mil e dez, onde nos pediram trinta e oito perguntas e demoramos quase cinco meses  
131 para responder e protocolamos em abril de dois mil e onze, então a CARGILL foi  
132 sempre transparente, aberta, clara e a gente respondeu tudo o que foi perguntado, o  
133 processo está mais do que maduro para que se chegue a um final para o bem de  
134 todos, para os produtores da região e pacificando essa situação entendemos que não  
135 há mais o que ser debatido e ser discutido a respeito do tema e que a SEMA tenha  
136 absoluta capacidade técnica e visão madura do assunto para deliberar como  
137 queremos que esteja sendo feito nos relatórios técnico e jurídico ao qual não tivemos  
138 acesso, não conhecemos as condicionantes e tudo, então, em suma esse é o roteiro  
139 real da história, é claro, estamos aqui no processo que vai fazer quatro anos de  
140 análise de licenciamento, causa estresse e geraria impaciência em qualquer empresa,  
141 agora lembre-se, estamos operando de fato há dez anos, trabalhando no terminal há  
142 dez anos, não está se conjecturando sobre algo que vai entrar em operação, cujo  
143 impacto não pode ser medido ou está sendo apenas estimado, o impacto é

144 constatado, positivo na sua grande maioria, tirando o transiente inicial que foi a  
145 chegada da imigração de produtores que obviamente causou um choque  
146 socioeconômico cultural compreensível e que já se deu em outras regiões do país  
147 também, quando esses produtores implementam uma nova cultura local. Agradeço  
148 pelo tempo e se tiverem qualquer dúvida, estamos aqui, inclusive com o representante  
149 da consultoria que fez o estudo e é capaz de responder perguntas mais específicas do  
150 ponto de vista técnico. **Dr. Alberto Colares:** Bom, em seguida a gente faz a  
151 apresentação do relatório da câmara técnica. O Moura quer se manifestar. **Dr. Luiz**  
152 **Moura:** A Fiepa como coordenadora do grupo técnico, delega ao representante da  
153 secretaria de saúde para ler o relatório. **Dr. Amiraldo Pinheiro:** Bom dia a todos,  
154 então, a câmara técnica permanente de projetos industriais e infraestruturais vai emitir  
155 seu parecer. Com relação ao processo, trata-se da solicitação de licenciamento  
156 ambiental, licença de instalação e licença de operação pela empresa CARGILL  
157 agrícola S.A., protocolada sob o nº 2006/6258. Bom, foram realizadas quatro  
158 audiências públicas para esse processo em Belém, Santarém, Alenquer e Belterra e a  
159 gente observou também que os pareceres técnicos e jurídicos afirmam que houve o  
160 cumprimento de todos os requisitos legais e técnicos durante o processo de análise,  
161 com recomendações técnicas e condicionantes que precisam ser atendidas nos  
162 prazos constantes do parecer técnico. Relativo ao projeto, a gente verificou que o  
163 estudo apresentou os impactos ambientais do empreendimento de forma bastante  
164 completa e discorrendo sobre todos os aspectos relacionados ao empreendimento,  
165 bem como a delimitação das áreas de influência para os meios físicos, bióticos e  
166 socioeconômicos com redimensionamento das referidas áreas, a partir da análise do  
167 diagnóstico ambiental realizada pela equipe técnica da SEMA e legislação vigente,  
168 ressalta-se que todos os procedimentos necessários para a implantação da  
169 infraestrutura do empreendimento com entendimento à legislação ambiental vigente,  
170 normas e diretrizes técnicas, foram apresentados no EIA e confirmados nos pareceres  
171 técnico e jurídico. Com relação ao parecer, com base na análise dos documentos,  
172 apresentados pela empresa CARGILL respaldados pelos pareceres técnico e jurídico  
173 emitidos pelas equipas da SEMA e tendo em vista a solicitação do secretário executivo  
174 do COEMA, consideramos pertinentes o pleito do processo em questão sobre o qual  
175 tecemos alguns comentários, em primeiro lugar, relativo a parte de saúde,  
176 considerando que os principais impactos decorrentes desse empreendimento, que  
177 podem ter efeitos nocivos à saúde da população das áreas diretamente afetadas pelo  
178 mesmo, estão relacionados com a contaminação do ar, do solo, da água ou vinculados  
179 aos processos de trabalho e considerando os programas mitigadores propostos e/ou já  
180 colocados em prática pela empresa, conforme descrito abaixo aqui do parecer, a gente  
181 pode citar os programas, como: programa de controle de monitoramento ambiental de  
182 responsabilidade da CARGILL, planos de gerenciamento de resíduos sólidos  
183 portuários de responsabilidade da CARGILL e CDP, programa de controle do tráfego  
184 de caminhões graneleiros da CARGILL e CDP, programa de combate à prostituição,  
185 prevenção e exterminação de doenças sexualmente transmissíveis da CARGILL, CDP  
186 e a Prefeitura de Santarém e programas de controle médico e saúde ocupacional,  
187 considerando que estes programas já estão sendo efetivados na prática, a  
188 recomendação que a gente faz é que esses programas sejam objeto de análises  
189 regulares realizadas conjuntamente entre o empreendedor e a Secretaria Estadual de  
190 Saúde do Pará e Secretaria Municipal de Saúde de Santarém, onde se avaliarão os  
191 possíveis efeitos epidemiológicos, mortalidade decorrentes desses riscos, dessa forma

192 as fontes de dados a serem utilizadas serão: Sistema de Informações de Mortalidade  
193 que é o SIM, o Sistema de Informações de Hospitalares que é o SIH, o Sistema de  
194 Informações Ambulatoriais que é o SAI e o Sistema de Informação de Agravo de  
195 Notificação que é o SINAN, a partir dos resultados de cada análise, caso constatado  
196 as alterações epidemiológicas nas séries levantadas e que as mesmas tenham  
197 relação com os riscos decorrentes da operacionalização do empreendimento, que haja  
198 uma pactuação entre os entes públicos e a empresa no sentido de proposições  
199 mitigadoras sobre os problemas detectados com definição de responsabilidade sobre  
200 financiamento e a execução das atividades necessárias a serem desenvolvidas para  
201 soluções de problemas. A gente ressaltou a importância do empreendimento na região  
202 de Santarém, no Estado do Pará, contribuindo com a economia local como processo  
203 de desenvolvimento econômico pautado em bases sustentáveis e gerando novas  
204 oportunidades de logísticas e negócios na região. Por fim a câmara técnica endossou  
205 o parecer da equipe técnica e jurídica que concluiu o EIA/RIMA apresentado pela  
206 empresa CARGILL e que atende os itens relacionados aos termos de referência da  
207 legislação vigente, considerando-se os devidos ajustes apontados em cada um dos  
208 pareceres e as considerações desta câmara, decidindo o voto. O nosso voto está da  
209 seguinte forma: senhor presidente, senhores conselheiros da câmara técnica  
210 permanente de projetos industriais e infraestruturais, após a análise do pleito da  
211 empresa CARGILL agrícola S.A. e considerando ser um empreendimento de  
212 relevância para o desenvolvimento econômico do Estado, podendo ser sustentável do  
213 ponto de vista socioambiental, desde que a empresa cumpra as condicionantes  
214 estabelecidas nos estudos apresentados e ratificados em reuniões com a SEMA e nas  
215 audiências públicas realizadas, desse modo, esta câmara técnica resolve que as  
216 considerações expressas pelas equipes técnica e jurídica da SEMA devam ser  
217 transformadas em recomendações de acordo com a suas profundidades e  
218 importância, assim esta câmara técnica se manifesta favorável a concessão da licença  
219 ambiental pleiteada pela empresa CARGILL agrícola S.A., assina José Conrado  
220 Azevedo - presidente, da FIEPA; Alex Fiúza de Melo da SECTI; Amiraldo da Silva  
221 Pinheiro da SESP e José Jacy Aires da FETIPA. **Dr. Luiz Moura:** Só uma  
222 complementação aí no final, eu acho que pularam uma linha na digitação, nós  
223 estamos propondo a aprovação da licença de instalação e da licença de operação nos  
224 prazos determinados e eu peço para corrigir. **Dr. Alberto Colares:** Bem no final da  
225 linha, não é? **Dr. Luiz Moura:** Isso mesmo. **Dr. Alberto Colares:** Bom pessoal, vamos  
226 abrir para algum comentário, alguma manifestação que se queira fazer, alguém? **Dra.**  
227 **Maria da Graça Silva:** Ainda vai apresentar o parecer técnico da SEMA, não é? **Dr.**  
228 **Alberto Colares:** Não, o parecer técnico a gente apresenta para a câmara, a câmara  
229 avalia o técnico e o jurídico e dá o seu parecer e voto. **Dra. Maria da Graça Silva:**  
230 Bem, eu tenho uma contribuição a fazer, nós não fizemos avaliação do parecer técnico  
231 apresentado que me foi repassado ontem à noite, via e-mail, não é? **Dr. Alberto**  
232 **Colares:** Não, o parecer técnico é este aqui. **Dra. Maria da Graça Silva:** Pois é, eu  
233 recebi ontem, via e-mail. Bom, o que nós vimos foi o seguinte, que não foram  
234 localizados no parecer da SEMA os seguintes aspectos que já foram apontados pelo  
235 Ministério Público sobre o porto da CARGILL, isso no EIA/RIMA. Não é analisado o  
236 estrangulamento crescente, bom, eu não estou acompanhando isso, então se for o  
237 caso de me esclarecer se já foi ou não analisado, está bom? Não é analisado pelo  
238 parecer da SEMA o estrangulamento crescente decorrente do crescimento e  
239 adensamento da área urbana, não é analisado o seguimento do transporte fluvial local

240 que utiliza a área urbana de entorno e mediado do terminal com atracadouro, não  
241 realiza avaliações comparativas de usos entre a navegação marítima especializada e  
242 a navegação regional para o espaço portuário de Santarém. Com relação à falta de  
243 avaliação do contexto local pelo EIA, o parecer do nosso técnico também ainda diz o  
244 seguinte, que não foi avaliada alternativa de iniciar um processo de transparência do  
245 porto de Santarém para uma nova área, destinando a atual área para navegação de  
246 embarcações regionais e locais de passageiros, não analisou o terminal graneleiro  
247 dentro da lógica estabelecida pelo plano diretor de Santarém que passou a orientar  
248 instalações de portos fora da área urbana, não analisou também, e isso eu acho  
249 importante, a vida útil do empreendimento no contexto do estrangulamento imposto  
250 pelo adensamento populacional da área urbana do entorno e pelos novos usos ditados  
251 pelo plano diretor que privilegia a área de proteção ambiental e área de uso  
252 paisagístico. E aqui eu tenho outro, as finanças públicas dos municípios da área de  
253 influência indireta, principalmente Santarém, deveriam ser apresentadas em quadros  
254 evolutivos com período de tempo anterior a implantação da CARGILL, de modo que se  
255 possa avaliar participação do empreendimento na geração de receita dos municípios,  
256 outro aspecto é considerando os produtores envolvidos, isso é sobre a questão do  
257 desmatamento e a expansão da agricultura mecanizada, pois sim, considerando que  
258 os produtores envolvidos no projeto 'soja responsável' e àqueles que vierem fornecer  
259 soja para a CARGILL terão de manter os compromissos de proteção das APP's e  
260 manutenção de suas reservas legais, como entender que esse impacto pode ser  
261 associado pelo estudo da CARGILL, com possibilidade certa de ocorrência? Além  
262 disso, eu estava vendo o parecer técnico da SEMA que pontua os aspectos positivos e  
263 que fala o seguinte: De modo em geral houve uma certa tendência de minimização ou  
264 subestimação dos impactos negativos e a supervalorização nos impactos positivos -  
265 isso dito pela SEMA. As ocorrências de todas as falhas já apontadas, identificação e  
266 análise de impactos ambientais e todas as implicações disso decorrente, pode ter sido  
267 a causa de o estudo ter privilegiado os aspectos positivos dos empreendimentos. **Dr.**  
268 **Alberto Colares:** Isso é o relatório conclusivo ou parecer de cada área? **Dra. Maria da**  
269 **Graça Silva:** Parecer técnico. **Dr. Alberto Colares:** Sim, mas é feito por cada área de  
270 estudo, área biótica, área física, área social e tem o parecer conclusivo que é a  
271 avaliação do CONJUR. **Dra. Maria da Graça Silva:** E tem vários questionamentos que  
272 vão sendo feitos, é muita coisa para a gente ver agora. **Dr. Alberto Colares:** A minha  
273 proposição é que esse detalhamento pode ser solicitado pelo Ministério Público, nós  
274 temos todo o conjunto de processos, todos os estudos feitos, pode detalhar ponto a  
275 ponto e simplesmente, eu sei que a tua sugestão era pedir vistas ao processo, mas se  
276 pedir vistas a gente posterga mais quinze dias, aí volta de novo, um estudo detalhado  
277 que possa ser feito, examinando cada ponto desses, a gente poderia fazer em  
278 separado, nós estamos abertos aqui, está todo o processo organizado, todos os  
279 estudos estão aqui previstos, o Ministério Público pode recorrer, vir aqui, chamar a  
280 equipe técnica para explicar e fazer esse detalhamento, Graça. Não há nenhuma  
281 barreira contra a transparência dessa análise. O que eu chamo atenção é que nós  
282 estamos há quatro anos nesse processo e a última reunião que nós tivemos em  
283 Belterra tinha mais de quinhentas pessoas, não teve um questionamento, o próprio  
284 Ministério Público do Estado e o Ministério Público Federal estavam lá, a Secretaria de  
285 Meio Ambiente, as Secretárias de Agricultura, inclusive, fizeram uma reivindicação que  
286 eu vou fazer aqui e inserir às condicionantes, inclusive, relacionada ao monitoramento  
287 socioeconômico da área direta de influência e dos empreendimentos da relação entre

288 produtores e empreendimentos. Isso sim a gente pode monitorar, tanto quanto o  
289 ordenamento ambiental da agricultura familiar da região, que pode ser inserida no  
290 agronegócio, isso a gente pode fazer, que é uma proposição que eu quero incluir aqui  
291 dentro, mas em relação ao detalhamento, avaliação, o Ministério Público tem todo o  
292 direito de lá na frente, sustar! Ele pode fazer isso, ele não precisa fazer isso agora, ele  
293 detalha, já tem uma ação em paralelo do Ministério Público contra o empreendimento  
294 e nós não temos nada a ver, nós estamos avaliando a sustentabilidade técnica e todos  
295 os estudos estão abertos para o Ministério Público, ele pode objetivamente fazer essa  
296 avaliação detalhada e lá na frente, exercer o papel do Ministério Público, eu estou  
297 querendo aqui ajustar o nosso tempo, presta atenção, nós temos outros projetos, hoje,  
298 eram para serem discutidos mais três projetos aqui dentro, entendeu? E nós temos  
299 outra reunião dia oito, são três projetos, PCH's, a Revita que está aí, a Tocantinzinho  
300 lá no Tapajós, temos vários outros processos e a gente pode ter esses procedimentos  
301 em paralelo, por isso que eu peço a tua, aliás, eu apelo ao Ministério Público que faça  
302 isso em separado, não há nenhum problema de a gente disponibilizar, questionar e  
303 colocar a equipe a disposição para ter esse debate, isso pode ser feito na medida do  
304 possível, a equipe da Edna pode dar alguns esclarecimentos em relação a esses  
305 pontos e a empresa, se for o caso. Mas eu acho melhor fazer por escrito esses  
306 esclarecimentos, que a gente pode passar para vocês. Eu acho que é muito mais  
307 objetivo que a gente faça isso, não é querer criar qualquer constrangimento para o MP  
308 ou evitar, é que nessa história nós já estamos desde dois, mil e oito nesta discussão e  
309 a última reunião para nós foi clara, não tem objeções. Evidentemente que você pode  
310 dizer assim: "meu papel é fazer isso, esmiuçar todos os pontos." Que nós façamos  
311 isso. Inclusive, esses questionamentos não foram feitos durante a reunião lá. Eu não  
312 estou desconsiderando que não se faça e que não seja objeto de detalhamento e  
313 avaliação específica. Acho que pode ser sim e nós não estamos na SEMA aberto para  
314 vim fazer este tipo de diálogo contigo e com o MP. Eu faço, portanto, o apelo que tu  
315 até manifeste o teu voto, porque eu acho que o MP pode não concordar, mas que a  
316 gente não postergue mais, porque não tem mais o que a SEMA falar sobre isso nesse  
317 sentido aqui, não é que não tenha que responder as questões, só que a gente vem  
318 arrastando, arrastando. Eu faço esse apelo e abro a SEMA para o Ministério Público  
319 com relação a todos os procedimentos e todas as outras questões, a equipe fica à  
320 disposição, separa os pontos. Tem questionamentos aqui do parecer, nas  
321 condicionantes, que eu, Secretário, vou pedir para rever. Nós estamos aqui colocando  
322 vinte e duas condicionantes à empresa, mas eu, por exemplo, quero que a empresa  
323 tenha responsabilidade com a economia, com a exceção da economia local. Não é só  
324 comprar soja dos produtores locais, mas ter o comprometimento com o ordenamento  
325 local e principalmente com a agricultura familiar, porque se a gente tivesse um  
326 ordenamento ambiental territorial a prefeitura teria condições de estabelecer uma  
327 política de discernimento e salvaguarda das unidades de conservação. Chamo  
328 atenção só para vocês entenderem, a Calha Norte hoje, inclusive a região de  
329 Santarém está com seu zoneamento econômico ecológico instituído e lá nós temos a  
330 maior instituição de áreas protegidas. A possibilidade do avanço da soja pra lá, eu não  
331 diria zero porque tem os clandestinos, mas é muito limitada ao limite da 254, ou ao  
332 Platô de Santarém. Hoje, dos mais de oitocentos mil hectares de produção de grãos  
333 no Pará, Santarém só tem vinte e cinco mil há com relação a soja e da produção de  
334 soja do Pará, hoje não chega a mais de 80 mil toneladas. Então, o impacto do  
335 empreendimento com relação à atração de soja no município ou a expansão é

336 limitada, ao longo da BR63 toda área é implantada com a unidade de conservação.  
337 Santarém está toda cercada por unidade de conservação, Alenquer, Monte Alegre,  
338 Oriximiná, a possibilidade de expandir é muito limitada. Hoje a empresa que tem um  
339 projeto aqui para sessenta mil toneladas, que são noventa mil a expansão, nem quatro  
340 por cento do que ela movimenta vem de Santarém e a grande questão nossa esta em  
341 Miritituba, lá vai ser o polo de atração. Com relação ao impacto do tráfego local,  
342 também é limitadíssimo. Quem vai no porto de Santos vê entrando seis mil  
343 caminhões/dia, em uma área de praia, quarenta navios em uma área de entrada de  
344 um canal pequeno que passam balsas de turismo toda semana e todo tráfego de  
345 turismo que tem lá. São quarenta navios entrando e saindo todo dia e com uma área  
346 de praia, área de lazer, tudo compatibilizado entre esse tipo de empreendimento e as  
347 outras atividades. Claro que isso foi feito nós anos setenta, ao lado tem uma favela de  
348 seis mil casas de favelados encravada no porto. Nós temos hoje um ordenamento em  
349 Santarém e o impacto urbano será limitado, nós temos o terminal, temos o sistema de  
350 tráfego para fazer e está previsto no programa. Então o efeito e o impacto que tinha  
351 com esse empreendimento estão consolidados, o que tinha que ser feito, o que tinha  
352 que ser observado já foi feito, já está realizado, a CDP está com um projeto de  
353 expansão lá na área, em todo ordenamento de tráfego. Então a possibilidade de ter  
354 alguma coisa, um mal irreversível é praticamente zero. E quem disse que não foi bom  
355 para o município? Com Miritituba lá funcionando e aquela quantidade de soja, a  
356 quantidade de caminhão de frete zero que voltara de Santarém e Itaituba é tão grande  
357 que vai poder possibilitar a produção de qualquer atividade agrícola na região a custo  
358 zero de frete. Quem vai dizer que o abacaxi ou a laranja, que tinha sumido, que não foi  
359 por da Cargill, ou o limão, ou a produção de aves com a extratora e com o processo de  
360 produção de ração de se desenvolver na região: aves, suínos, pequenos animais e a  
361 gente vai exportar isso e a pequena agricultura familiar vai se beneficiar desse retorno.  
362 Quer dizer, o lado positivo ainda nem foi iniciado, porque se a gente coloca três  
363 milhões de soja na região significa a possibilidade de produção de ração e óleo local,  
364 extratores de óleo. Nós vamos ser em Santarém um porto do agronegócio de  
365 exportação, não de produção agrícola, ninguém vai produzir soja mais di que se  
366 produz lá, não tem como, está tudo zoneado, sem contar que a reserva legal é de  
367 oitenta por cento, o limite de uso alternativo de solo está aí e a empresa fez o contrato  
368 da moratória de soja de não comprar soja em desmatamento depois de dois mil e  
369 quatro. Só para finalizar, acho que o MP tem seu papel. Deixo a SEMA aberta para  
370 todos os questionamentos, todas as possibilidades, se houver a necessidade de  
371 retificação, ou de mudança, ou de ajustamento, pode o MP suspender ou sugerir à  
372 SEMA que notifique a empresa para fazer essa retificação, não há problema nenhum.  
373 E eu já vou querer uma retificação, mas eu quero ouvir primeiro vocês. Fica aberto ao  
374 MP ou alguma outra instituição. **Kleber representante da empresa:** Eu gostaria de  
375 trazer uma informação adicional à Dra. Graça Azevedo do Ministério Público, que eu  
376 conheço há muitos anos. Uma das considerações feitas pelo MP na sua fala na  
377 ocasião da audiência pública de Belém, a respeito dos Projetos Cargill, eu na  
378 qualidade de representantes dos consignatários e proprietários de mercadoria do  
379 Conselho de Atividade Portuária, eu fiz uma observação, que eu gostaria de reiterar  
380 aqui, que eu creio que não foi absorvida pela equipe do Ministério Público na ocasião,  
381 que foi uma manifestação do representante do MP e é uma preocupação realmente  
382 muito grande. Seria o impacto quanto à mobilidade urbana em virtude da sensibilidade  
383 dos veículos de transporte de grãos e isso é uma grande verdade. Na ocasião, a gente



384 do Conselho de Autoridade Portuária já havíamos identificado esse problema, já  
385 havíamos tentando junto com as autoridades de Santarém encontrar uma forma de  
386 solucionar esse problema, buscando outro sítio portuário adequado, dentro da região  
387 costeira da cidade. Infelizmente, o plano diretor, o plano municipal de Santarém  
388 praticamente engessou as áreas em que existia o potencial portuário. Existe uma  
389 pretensão do Poder Público Municipal, que até destinou uma área para essa expansão  
390 portuária, mas infelizmente o binômio indispensável à construção de um  
391 empreendimento portuário não se fez presente naquela escolha, existe uma área de  
392 terra firme, mas a frente acostada não tem uma profundidade adequada às  
393 embarcações de maior porte, o que seria interessante é que fosse em outros sítios,  
394 que infelizmente existem muitos, mas todos elencados como área de interesse  
395 turístico, Então, a decisão do Poder Público Municipal em pretender manter todas  
396 aquelas áreas como interesse turístico e a destinação inadequada fatalmente levaram,  
397 pelo menos no momento a gente tem certeza absoluta que essa decisão equivocada  
398 venha a ser revista, mas de alguma forma impede que na área urbana de Santarém  
399 tenha um outro sítio. Nós fizemos uma avaliação profunda com relação a isso dentro  
400 do CAR e dentro das empresas que estão fazendo terminais portuários, daí a razão  
401 que a dois meses atrás nós recebemos desse Conselho a LP para instalação das  
402 estações de transbordo em Miritituba, inclusive a própria Cargill que é lá, porque nós  
403 sabemos que há acessibilidade dentro daquela via urbana que é a Avenida Cuiabá  
404 que é limitada. Então se você pretende colocar quatro, cinco, seis portuários naquela  
405 região, todos eles acessando pela via terrestre, você terá sim o esgotamento da malha  
406 urbana. Então, os terminais privados, as empresas já se anteciparam, a isso e já  
407 estão fazendo terminais de transbordo. Então a expectativa é de existe sim, uma  
408 acessibilidade limitada, mas o entendimento que nós tivemos, inclusive na Associação  
409 dos Terminais Portuários é de que um empreendimento, como é o caso do  
410 empreendimento da Cargill. Ou até um segundo empreendimento desde q de menor  
411 porte, teria condição de ser mitigado com as medidas que já estão sendo previstas,  
412 inclusive previstas pelo Poder Público Municipal por ocasião do arrendamento. Eu  
413 casualmente era o diretor da Companhia Docas por ocasião do processo e nós  
414 exigimos que o poder público municipal mediante o convênio da Companhia Docas  
415 previsse uma área no alto da Serra da piquiatuba exatamente para poder fazer um  
416 pulmão para que os horários de pico você pudesse de alguma forma conciliar o tráfego  
417 urbano com o tráfego dos veículos-carreta , então, isso foi uma preocupação grande  
418 que nós tivemos, mas todos os terminais portuários que hoje pretendem se instalar,  
419 inclusive, a própria CARGILL já está iniciando a construção de empreendimentos na  
420 área de Miritituba para que uma grande parte da demanda desses veículos venha pela  
421 via fluvial, quer dizer, uma parte, somente a parte daquela região do entorno de  
422 Santarém, obviamente iria pela via rodoviária, mas, como nós sabemos que o modal  
423 hidroviário é um modal muito mais econômico, a existência desses terminais, dessas  
424 estações de transbordo em Miritituba, elas propiciarão que os veículos demandantes  
425 do Centro-norte do país possam chegar a Miritituba mitigando, minimizando os  
426 impactos em Santarém e todo esse fluxo possa vir pela via hidroviária, não apenas  
427 para Santarém, mas para outros terminais que estão se instalando ao longo da  
428 Amazônia, porque a gente realmente pretendeu de alguma forma registrar e salientar  
429 de que essa preocupação, pelo menos no que diz respeito ao Conselho de autoridade  
430 portuária, que eu não tenho hoje mandato para representá-lo aqui, mas como  
431 representante do bloco dos usuários nós sabemos que o desenvolvimento tem que vir

432 em harmonia também com o bem-estar da comunidade e a preocupação é grande e a  
433 gente espera e se coloca a disposição do Ministério Público, viu Dra. Graça, se  
434 precisar exaurir essa matéria, porque eu acho que sim, é uma questão extremamente  
435 relevante, mas no que diz respeito ao setor privado que está se instalando essa  
436 preocupação já ter sido antecipada e a gente gostaria até de em um ato de elevada  
437 presunção dizer que no que diz respeito ao setor privado, ao setor do agronegócio,  
438 nós temos a plena convicção de que teremos condições de conciliar essas duas  
439 questões muito importantes. Obrigado. **Dr. Alberto Colares:** O representante da  
440 CARGILL pode fazer uma exposição sobre como esse problema está sendo  
441 condicionado. **Dra. Maria da Graça Silva:** E eu gostaria de saber sobre as finanças  
442 públicas dos municípios da área de influência, principalmente Santarém, que deveriam  
443 ser apresentadas em quadros evolutivos já fizeram algum estudo sobre isso? **Clythio**  
444 **Backx (CARGILL):** Eu não sei informar se isso foi feito dessa forma, eu queria  
445 registrar primeiro, Dra. Graça, que a maioria dos pontos pela senhora apontados foram  
446 levantados pela equipe do Ministério Público Estadual por ocasião da primeira  
447 audiência pública em julho de dois mil e dez em Santarém, antes de endereçá-los,  
448 alguns deles e isso também foi reforçado em novembro de dois mil e dez na audiência  
449 de Belém, em dezembro de dois mil e dez a Sema, já colhidas essas sugestões e esse  
450 é o objetivo da audiência pública, nos inquiriu com trinta e oito perguntas que  
451 respondemos em abril de dois mil e onze, então, se não foi ampliado nessas trinta e  
452 oito perguntas, se não foi endereçado ou atendido é porque a equipe técnica da Sema  
453 entendeu, em função do que foi exposto no debate e eu vou tentar repetir  
454 sucintamente que algumas questões não eram aplicadas ou dignas de  
455 aprofundamento de estudos, antes de endereçar alguns pontos, nós não nos  
456 conhecemos pessoalmente, ainda que pese eu ter as melhores referências de sua  
457 capacidade e bom senso, mas eu morei sete anos no Pará, sou engenheiro naval, fui  
458 professor da UFPA de engenharia naval, servi aqui três anos e depois voltei na  
459 reserva onde eu tive a chance também de colaborar como diretor presidente da CDP  
460 dois anos, casado com paraense, filha paraense, então, eu não tenho a visão  
461 alienígena dos problemas, mas tenho uma cultura global desse assunto pela minha  
462 própria formação profissional de oficial de marinha da reserva, primeiro afastando o  
463 que é óbvio, a CARGILL atraca lá hoje um navio a cada dez dias, tem um navio de  
464 contêiner a cada quinze dias, tem um navio de madeira a cada trinta dias e tem na  
465 época do turismo um afluxo maior de navios de turismo. O porto é subutilizado, o porto  
466 não é o terminal da CARGILL, o terminal da CARGILL é um arrendatário, é um  
467 locatário de uma unidade, de um condomínio, o condomínio é um porto federal  
468 administrado pela CDP, então não caberia a CARGILL, por conta de um terminal que  
469 ela arrendou lá dentro, estudar o reposicionamento de um porto federal, isso é uma  
470 tarefa da CDP em função de demandas municipais ou de visão de planejamento,  
471 então, por conta disso não faria nenhum sentido a CARGILL fazer isso tudo de  
472 relocação do porto, nem sequer de seu terminal para uma área privada que iria causar  
473 um segundo impacto em um porto que já causa impacto, ele já centraliza um  
474 condomínio portuário, o impacto viário a CARGILL já anteviu isso, se a BR-163 for  
475 asfaltada o impacto viário será muito maior, porque hoje, o impacto viário é  
476 pequenininho, é produção local, é só cinco por cento do que a gente exporta, pois,  
477 noventa e cinco por cento vem de barcaças pelo rio madeira através de Porto Velho, é  
478 uma produção do Mato Grosso na verdade, por isso que eu digo, sustentando por dez  
479 anos essa discussão para honrar um compromisso com aqueles que foram para lá

480 para plantar e produzir, porque do ponto de vista econômico, a gente podia ter  
481 preservado a nossa imagem abrindo mão de cinco por cento do terminal e ponto final  
482 e para nós não existe Santarém e nem o Pará, nós estamos dentro de um porto  
483 federal pegando carga que vem do Mato Grosso por Rondônia e embarcando para o  
484 exterior, não fizemos isso, resolvemos provar que a atividade é sustentável, inclusive,  
485 fazendo ela sustentável através das parcerias da TNT e a moratória da soja. Bom,  
486 então o impacto viário, a gente antevendo isso e vendo que não ia ficar pronto,  
487 tivemos que ver uma solução, pois, nós não podemos ser responsáveis pelo fluxo de  
488 caminhão de trezentas a seiscentas carretas-dia lá, então, alugamos, arrendamos uma  
489 instalação que já existia no planalto para fazer lá a triagem e retenção eventual de  
490 caminhões, já que a CDP ainda não fez esse estacionamento, essa pátio-pulmão,  
491 esse pátio regulador como todo porto tem, Santos e Paranaguá têm pátios reguladores  
492 para impedir que, por exemplo, choveu e o navio não pode embarcar soja já ficam uns  
493 caminhões parados na avenida, na cidade e se tem um pátio desses aí, pede para  
494 liberar dez caminhões, cinquenta caminhões. Lá no Guarujá onde operamos um  
495 terminal que embarca quatro vezes o que embarca hoje o da CARGILL em Santarém,  
496 a gente, além do pátio regulador, a gente tem um patiozinho de cinquenta caminhões  
497 dentro do terminal praticamente, para não deixar um caminhão na avenida, então, mas  
498 de qualquer maneira para tentar regular isso e impedir que caminhão com soja fique  
499 passando, fazendo ruídos e evitar o tráfego na cidade alugamos essa unidade no  
500 planalto onde tem um armazém, também tem uma unidade de secagem de soja caso  
501 chegue úmida e como consequência dessa atividade mitigadora do impacto, tivemos  
502 que responder a mais trinta e poucas perguntas, porque a SEMA entendeu que o  
503 nosso empreendimento se ampliou em termos de capacidade e área de impacto por  
504 conta desse arrendamento que na verdade foi um tipo de atividade mitigadora.  
505 Comprar uma área em Miritituba também já é uma atividade mitigadora, se havendo  
506 viabilidade econômica a gente vai preferir botar na hidrovía a carga, do que permitir a  
507 chegada de caminhões em Santarém, em que pese essas preocupações existe projeto  
508 do Ministério dos Transportes de duplicar os últimos dez ou treze quilômetros da BR  
509 163, já naquele trecho conhecido como Avenida Cuiabá, segregando as vias centrais  
510 só para o Porto, então, é como se a treze quilômetros do Porto, porque a BR 163  
511 termina dentro do Porto, ela faz o retorno dentro do Porto, se a treze quilômetros do  
512 Porto esse projeto for implementado, isso é CDP e Governo Federal, não é a  
513 CARGILL, que é uma parte desse condomínio que vai se responsabilizar, a via central  
514 ficará segregada, fechada, exclusiva para entrada e saída do Porto e a lateral para o  
515 trânsito vicinal, para o trânsito urbano, dessa maneira evitando o conflito de tráfego de  
516 veículos de carga com o fluxo urbano. Esperamos que isso seja implementado em um  
517 médio prazo, enquanto a BR 163 está se consolidando, pois a carga vai se ampliar  
518 não só de soja, quer dizer, desses seis mil caminhões e o secretário de observar lá na  
519 borda do Guarujá, não foi nem na borda de Santos, porque o Porto tem a margem  
520 esquerda e a margem direita. Bom, na margem esquerda tem dois terminais de grãos  
521 e um grande terminal de exportação de veículos e de contêineres e desses seis  
522 mil/dia, dois mil são para os grãos no alto da safra, os outros quatro mil são de  
523 contêineres, onde existe o desenvolvimento econômico e a atividade industrializada e  
524 consumo, onde a economia cresce o contêiner acaba sobrepujando o impacto viário, a  
525 soja ou o grão, então em um futuro, até porque já existe alteração de contêiner em  
526 Santarém, onde a gente vislumbra o desenvolvimento econômico daquela região, o  
527 impacto viário vai se dar muito mais pelo contêiner, que é hoje, onde toda carga que

528 não é a granel trafega, se não for grão ou se não for derivado de petróleo vai para  
529 dentro de um contêiner. Então no futuro quem tem que gerenciar esse impacto é um  
530 órgão federal que gerencia o Porto que é a CDP junto com os órgãos públicos, não é a  
531 CARGILL sozinha que tem que mitigar ou se responsabilizar ou mapear e outra, a  
532 CDP tem pronta a licitação do segundo terminal de grãos, do outro lado do terminal, o  
533 segundo deles e que vai ser o nosso concorrente, o nosso gênio. A CARGILL não  
534 pode se responsabilizar por todo o impacto da produção de grãos, tanto que essa  
535 produção vai passar a ser disputada daqui a dois anos talvez por um outro terminal,  
536 porque nós não temos fazendas de soja vocês sabem, a CARGILL não tem área  
537 plantada, ela não tem exclusividade de exploração em nenhuma área ou de uma lavoura  
538 de soja, como uma Vale tem uma mina, né, o mercado é aberto. No momento estamos  
539 sozinhos porque fomos os que resolvemos pagar o preço do pioneirismo em Santarém  
540 e na Amazônia, então muitas questões que foram endereçadas para CARGILL como  
541 responsabilidade da CARGILL, na verdade é de responsabilidade coletiva e tem que  
542 ser endereçado ao órgão federal que administra o Porto, não que a CARGILL se  
543 exima de participar ou colaborar. Em relação ao impacto do fluxo fluvial, como  
544 engenheiro eu posso falar, a gente atraca navio a cada dez dias, no auge vai atracar  
545 navio a cada quatro dias, no auge da capacidade do terminal. No estuário de Santos,  
546 entram trinta e saem trinta por dia, cruzando com um fluxo de balsa de veraneio em  
547 uma região onde é considerada a maior qualidade de vida da baixada santista, é  
548 altamente valorizado, são os balneários, é o Guarujá, é onde a sociedade paulista  
549 desce no verão, isso tudo compatibilizado e o Porto de Santos se expande hoje entre  
550 trinta e quarenta por cento da receita da cidade de Santos, caso contrário, seria um  
551 balneário bastante degradado no meu entender. Então, a convivência é possível em  
552 um grau de volume da carga talvez dez, quinze, vinte vezes, o que um dia o Porto de  
553 Santarém vai poder ter, agora ao largo da Avenida Tapajós atracam diariamente  
554 setenta embarcações de madeira de fluxo regional, não é possível, quer dizer atracam  
555 setenta e desatracam setenta, não é um navio a cada dez dias que atraca de noite que  
556 vai impedir ou impactar um ou quatro dias, isso não é necessário um estudo, eu sei  
557 que foi colocado esse quesito, mas se a SEMA não nos recomendou em dezembro de  
558 dois mil e dez que analisasse isso é porque entendeu que era secundário e irrisório,  
559 afinal e contas, quem conduz o processo é a SEMA e nós atenderemos tudo o que for  
560 determinado ou solicitado durante todo o processo, então eu espero ter correspondido  
561 ou explicado alguns dos questionamentos que foram feitos pela equipe técnica do  
562 Ministério Público Estadual dentro da razoabilidade técnica. **Dr. Alberto Colares:** Por  
563 favor, algum comentário a mais? Eu quero firmar para os conselheiros que apesar de  
564 a Secretaria de Segurança não fazer parte do conselho, nós estamos antecipando e  
565 chamando sempre a SEGUP em função dos impactos que são naturais decorrentes de  
566 qualquer empreendimento, vamos fazer isso já em Miritituba, nós já estamos  
567 conversando e eles têm todos nos acompanhados nas audiências públicas, nas  
568 reuniões com os empreendedores e a partir da última reunião com a VOTORANTIM, a  
569 gente vai chamar sempre a SEGUP para acompanhar todo esse processo aí, a  
570 preocupação é prever o impacto desses empreendimentos aglutinadores de imigração  
571 de população para atender a segurança do ponto de vista integrado, não é só a  
572 segurança preventiva, a segurança investigativa, mas também ter preocupação com  
573 relação à prevenção de incêndios, por isso que eu falei bombeiros. **Coronel Roberto**  
574 **Damasceno:** Eu estou aqui representando a Secretaria de Segurança Pública e  
575 ratificando o que o Secretário Colares acabou de falar, o nosso Secretário de

576 Segurança a partir desse ano, solicitou aí a participação junto ao COEMA, ainda que  
577 ele não tenha um acento cativo, mas parece que vai haver uma solicitação de  
578 mudança de Legislação para resolver isso e em função dos impactos que nós  
579 sofremos da Segurança Pública porque a instalação de progresso seja de  
580 infraestrutura, de transporte, de geração de energia que também é estrutura e acaba  
581 trazendo um impacto muito grande para a segurança e nós não temos condições de  
582 acompanhar, nem temos quadro para fazer frente a essas demandas, nós  
583 entendemos, por exemplo, que dentro de um conjunto de fatos sociais, à saúde, à  
584 educação, também têm essas dificuldades, mas acontece que, por exemplo, a  
585 formação de um profissional de saúde, a formação de um professor demanda um  
586 tempo, mas numa emergência se pode contratar um profissional de fora, no nosso  
587 caso não, então a nossa formação, quando isso impacta no aumento do efetivo para  
588 fazer frente com uma demanda desse tipo, a formação depende de um ano para a  
589 formação dos praças e de três anos para os oficiais, então pense que isso aí é difícil,  
590 nós não podemos contratar profissionais de fora para fazer frente a essas demandas,  
591 fora que historicamente nós não temos sido ouvidos nessas questões e nós temos  
592 exemplos aí de Tucuruí, fora Belo Monte aí que nós estamos correndo atrás e tantos  
593 outros em que os impactos são imensos até pela movimentação de pessoas no local,  
594 fora as outras demandas, aí assim, só vim fazer um registro que a nossa participação  
595 possa ser aceita e efetiva, o doutor Odinan não está aqui porque não está em Belém,  
596 senão estaria aqui com o senhor e dizer que nós estamos à disposição até para  
597 discutir esses impactos. Muito obrigado e Bom dia. **Dr. Alberto Colares:** Mas alguém  
598 que queira se manifestar. Bom pessoal antes de passar à votação eu quer me  
599 manifestar, eu vou solicitar aos senhores conselheiros uma retificação em relação às  
600 condicionantes que foram apresentadas com parecer da própria SEMA, eu vou só  
601 fazer o seguinte, em uma está relacionado uma retificação da condicionante e a outra  
602 a inclusão, aliás, as duas são retificações. Eu vou ler para vocês e dizer o porquê, eu  
603 estou solicitando que retifique, a primeira é a condicionante dezoito que faz referência  
604 a apresentar novas configurações de área de influência referente ao meio  
605 socioeconômico à intenção aí era apresentar diagnóstico, avaliação de impacto e  
606 consequentes medidas de contenção para os mesmos no que diz respeito ao meio  
607 socioeconômico. Eu acho que esse tipo de pensamento está equivocado, porque já foi  
608 apresentado EIA, RIMA, já foi revisado, configurado, acho que sim, existe aqui a  
609 proposição de incluir um programa de monitoramento de indicadores  
610 socioeconômicos, isso está em aberto, o que eu acho é que a empresa pode, deve e  
611 pode sim apresentar para nós um programa de monitoramento e de indicadores  
612 socioeconômico, dentro das áreas configuradas como de influência, tendo em vista a  
613 ação direta do empreendimento com a economia local, naquilo que a empresa tem  
614 relação, se ela está apoiando de alguma forma e atraindo negócios com os produtores  
615 locais, a gente monitora os efeitos desse tipo de empreendimento à economia local, a  
616 internalização de vendas e isso a empresa pode apresentar, como ela faz, se ela tem  
617 duzentos produtores, ela vem monitorar o efeito disso a economia local, isso é  
618 inclusive de referência para a própria empresa e para nós como órgão público de  
619 dimensionar e avaliar o efeito de um empreendimento desses com a economia, isso é  
620 possível, por isso eu estou substituindo. Pediram para substituir o item da  
621 condicionante dezoito e ajustar a condicionante dezenove para ficar uma  
622 condicionante, um programa de monitoramento de indicadores socioeconômico dentro  
623 das áreas configuradas como área de influência, tendo em vista a ação direta da

624 empresa com a economia local naquilo que ela tenha ação direta. Outra preocupação  
625 que peço para retificação no parecer da SEMA e que diz respeito a condicionante,  
626 está relacionado a condicionante vinte dois que para mim não diz nada, diz assim:  
627 apresentar as intenções de estabelecimento de parcerias com poderes municipais,  
628 com os empreendedores, ou das organizações civis envolvidas com o fomento e o  
629 acompanhamento do desenvolvimento econômico da região, isso não diz nada. Eu  
630 estou recomendando, propondo aos senhores que isso seja alterado em função de  
631 quê na nossa última audiência pública lá em Belterra os agricultores, a Secretaria  
632 Municipal, as Prefeituras locais solicitaram apoio da Empresa no ordenamento  
633 territorial local para atender o desenvolvimento da economia e da agricultura familiar,  
634 inclusive, falaram no detalhamento do Zoneamento Ecológico Econômico, e eu estou  
635 propondo que seja uma coisa mais direta porque é muito para a empresa e para a  
636 imagem da Empresa também, porque a par da moratória que ela já assinou e a par do  
637 trabalho que a Empresa vem fazendo com a TNC, que é muito importante para a  
638 região eu estou sugerindo o seguinte, apresentar programa de parceria com os  
639 poderes municipais empreendedores e outras organizações civis, envolvidas com  
640 fomento e o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico da região em  
641 atenção especial à agricultura familiar no que se refere ao ordenamento ambiental,  
642 aquele programa que hoje a empresa tem com a TNC, também pode ser feito com a  
643 Secretaria de Agricultura Municipal de Belterra, de Santarém com apoio ao CAR, por  
644 exemplo, pois hoje a gente não faz agricultura sem CAR, não faz! E se já tem  
645 Zoneamento Ecológico Econômico com o ordenamento ambiental, a partir do CAR,  
646 por exemplo, e a TNC vem nos ajudando, tã o Carrera, o que a TNC tem feito em  
647 Altamira, em Itaituba e a gente fazer esse programa também no município de  
648 Santarém e Belterra que é a área mais direta de influência, onde estão situados os  
649 agricultores, porque isso facilita não só a definição das APP's e da Reserva Legal, que  
650 hoje pelo novo código APP junta com Reserva Lega, mas a definição efetiva das áreas  
651 de uso alternativo do solo e da tranquilidade que as atividades econômicas  
652 desenvolvidas pala agricultura familiar não estão sendo aliciadas para o  
653 desmatamento, por exemplo, pois hoje só tem LAR quem tem CAR, então, mais  
654 especificamente esse programa a Empresa poderia apresentar junto com instituições  
655 como essa, a própria TNC que a empresa já tem essa relação e com a Prefeitura local  
656 de se fazer um programa para a agricultura familiar de ordenamento ambiental  
657 substituindo o que está aqui, se os senhores aprovarem estamos recomendando à  
658 SEMA que retifique portanto as condicionantes dezoito e dezenove e a condicionante  
659 vinte e dois. Bom, me parece que não há contestação com relação a isso, tendo em  
660 vista o que a gente já discutiu eu passo à votação o parecer da Câmara Técnica  
661 sugerindo a aprovação do licenciamento de instalação e de operação do Porto da  
662 CARGIL em Santarém. Algum voto contrário? Então, aprovamos por unanimidade,  
663 opa, desculpa. **Dra. Maria da Graça Silva:** Abstenção. **Dr. Alberto Colares:**  
664 aprovamos com abstenção do Ministério Público. **Dra. Maria da Graça Silva:** Eu  
665 gostaria só que esses questionamentos que foram feitos também fossem  
666 considerados pela SEMA para avaliação. Agora eu vou justificar a minha abstenção  
667 porque existe essas ações que foram promovidas pelo Ministério Público em Santarém  
668 e também o Ministério Público Federal, por uma questão de ética, embora não interfira  
669 o nosso voto na posição do promotor da Comarca, mas eu prefiro me abster. **Marco**  
670 **Carrera:** É nós do Sindicato, como nós não fazíamos parte nesse período anterior do  
671 COEMA, mas também na reunião passada o Wellington que é o nosso representante

672 titular fez algumas ponderações, inclusive a esses pontos que o Ministério Público está  
673 apresentando e pelo o que eu te falei ele não está aqui, mas também estamos nós  
674 abstendo e ratificando aqui as preocupações do Ministério Público. **Dr. Alberto**  
675 **Colares:** Então o parecer da Câmara Técnica foi aprovado com duas abstenções do  
676 Ministério Público e do representante dos funcionários da SEMA, portanto aprovado  
677 com cinco votos a favor e duas abstenções. Bom, temos um ponto em seguida, né?  
678 **Dr. Luiz Moura:** Quanto a questão das análises desses estudos técnicos e jurídicos  
679 da SEMA, eu tenho uma proposta de procedimento que nós já estabelecemos , por  
680 exemplo, convocar os membros do COEMA previamente para ter um contato mais  
681 direto com os projetos que é para poder ter mais liberdade ou mais consciência no  
682 voto para aprovação ou desaprovação, mas eu coloco o seguinte, que para haver esta  
683 reunião, primeiro as pessoas tem responder a convocação, ao convite e aparecer  
684 nessa reunião e segundo é que a reunião só fosse realizada depois da elaboração e  
685 distribuição dos estudos técnicos e jurídicos para a gente poder saber o que vai  
686 perguntar, porque às vezes a gente fica só ouvindo a história do empreendimento sem  
687 saber exatamente, a não ser, por um conhecimento anterior ou por intuição o que deve  
688 perguntar, então, que essa reunião seja realizada já com a distribuição dos pareceres  
689 técnicos e jurídico. **Dr. Alberto Colares:** A primeira reunião? **Dr. Luiz Moura:** Aquela  
690 reunião que nós fizemos há quinze dias. **Dr. Alberto Colares:** Não, o que acontece é  
691 que aquela reunião ocorrida há quinze dias, inclusive, era uma reunião preparatória de  
692 conhecimento para a própria Câmara Técnica. **Dr. Luiz Moura:** Sim, mas a própria  
693 Câmara Técnica não sabe exatamente quais são os pontos que foram levantados e  
694 não cumpridos, os que estavam pendentes por isso necessitamos dos pareceres  
695 previamente e um outro ponto é que quando for distribuído os pareceres técnicos e  
696 jurídicos que o impresso venha com numeração das páginas e das linhas de cada  
697 página, porque fica muito difícil a gente fazer referência a determinado trecho em um  
698 estudo de cento e poucas páginas. **Dr. Alberto Colares:** Por favor, Edna, algum  
699 esclarecimento? **Edna Corumbá (DILAP):** Sim, o sistema, o SINLAN, ele não permite  
700 colocar essa linhas e numeração. **Dr. Alberto Colares:** Mas é alguma normativa ou  
701 uma questão de ajustamento do sistema? **Edna Corumbá (DILAP):** Sim, ajustamento  
702 do sistema. **Dr. Alberto Colares:** Então vamos checar isso. **Dr. Alex Fiúza:** Eu não  
703 quis me manifestar durante o delate, porque ia atrasar ainda mais a votação, então eu  
704 preferir me abster para não prejudicar ainda mais, pois daqui a pouco as pessoas a se  
705 retirar e não tem quórum e posterga a decisão. Agora eu quero só registrar aqui a  
706 minha satisfação de nós termos resolvidos essa pendência de tanto tempo, e eu acho  
707 que o parecer da SEMA, a crítica não é à gestão da SEMA, é estrutural da história da  
708 instituição, que dizer, sempre tem uma série de problemas, como falta de pessoal etc,  
709 etc e isso não é simples, é um problema seríssimo que o Estado enfrenta, agora não  
710 distante de tudo isso, necessariamente o que está nos pareceres técnicos da SEMA  
711 não tem que ser acatado pela Comissão, porque há coisas inclusive descabidas, se  
712 nós tivermos que acatar tudo que é parecer técnico. Parecer técnico é um parecer  
713 técnico, ele não pode ser determinante em última instância, ele é um referencial em  
714 que baseia uma observação que pode ser acatada em parte ou não por uma série de  
715 razão. É impressionante o que se cobra a cada empreendimento produtivo, neste  
716 Estado em particular, na Amazônia em particular, o que se cobra e se quer é que os  
717 empreendimentos façam o papel do Estado que nunca foi feito no passado, então nós  
718 estamos em um nível de obscurantismo de avaliação desses projetos que é uma coisa  
719 impressionante. Eu me sinto pré-modernidade com o que eu vejo em termos de

720 exigências e de cobranças descabidas e se a burocracia fosse eficiente no Brasil a  
721 corrupção teria diminuído. O Brasil é um país esquizofrênico, há cada vez mais  
722 controle externo, há cada vez mais burocracia, há cada vez mais legislação e cada vez  
723 mais corrupção. Eu não vejo ninguém cobrar resultados, se cobra forma e não  
724 resultado. A Amazônia é uma região em que setenta e cinco por cento da população  
725 mora em cidade, uma parte está sem emprego, uma parte não tem renda, as pessoas  
726 não têm alternativas e se quer preservar a floresta de qualquer maneira,  
727 independentemente do destino destas populações, não se dá as condições para  
728 preservação das florestas de forma adequada, que seu manejo intensivo, apropriado,  
729 com preservação de meio ambiente, se quer proibir a entrada na floresta de qualquer  
730 maneira. Então nós estamos vendo cada vez mais a mentalidade obscurantista e até  
731 religiosa de querer mandar no destino de uma região que depende de conhecimento,  
732 de ciência, de racionalidade, de bom senso, para poder desenvolver. É claro que  
733 qualquer empreendimento tem impacto ambiental, a questão não é ter impacto, mas  
734 que impacto é esse em termo de custo e benefício, pois qualquer empreendimento  
735 tem impacto sociocultural, a história da civilização é isso. Onde é que já se viu um  
736 empreendimento sem impacto sociocultural, sem impacto ambiental? Não existe isso,  
737 é muito fácil para nós que estamos na cidade com ar condicionado querer barrar os  
738 empreendimentos fora, é muito fácil. É muito fácil a ONG ser contra, pois viaja de  
739 primeira classe quando vai para a Europa buscar dinheiro. Então é isso, quer dizer,  
740 esse tipo de mentalidade absolutamente farsante que predomina muitas vezes dentro  
741 do Estado, nas instituições da sociedade, de fato não leva em consideração o  
742 interesse da sociedade maior, são os interesses corporativos, são os interesses de  
743 bastidores, mas não é da sociedade, porque se for feito da sociedade, vá fazer  
744 votação se ela quer emprego, se ela quer continuar na agricultura de subsistência e na  
745 pobreza ou se quer entrar em uma cadeia produtiva que seja modernizante para quem  
746 vive lá. É muito fácil ser contra estando no ar condicionado aqui, com carro com  
747 motorista e com avião de primeira classe. Então, nós não temos que acatar  
748 necessariamente tudo o que é colocado tecnicamente, porque tem coisas que são  
749 descabidas, totalmente descabidas! E nós estamos atrasando o desenvolvimento  
750 desse Estado, postergando, protelando o tempo inteiro sem fundamento objetivo, sem  
751 fundamento técnico sobre as coisas que estão acontecendo. Então eu quis me  
752 manifestar nesse sentido, a posteriori, já que já houve a decisão, para não ter  
753 atrapalhado e não polemizar. Obrigado. **Dra. Maria da Graça Silva:** Bom, eu acredito  
754 que isso não é discurso para o MP. **Dr. Alex Fiúza:** Não, eu não falei direcionado a  
755 ninguém, eu falei em tese, em geral. **Dra. Maria da Graça Silva:** Exatamente, porque  
756 quem me conhece sabe o meu perfil e meu perfil é de conciliadora, não é perfil de  
757 brigar, mas a gente não admite o desenvolvimento a qualquer custo. Eu acho sim que  
758 as condicionantes técnicas, as informações técnicas-científicas devem sim ser  
759 observadas. Agora, é claro que tem que ter bom senso em tudo. **Dr. José Leal:** Bom  
760 dia a todos! Eu quero me manifestar na concordância, em parte, com o que foi  
761 manifestado aqui pelo Conselheiro Alex e obviamente acrescentar que precisamos  
762 pelo menos, não só colocar o homem no centro da questão, e eu penso exatamente  
763 assim, e aqui eu represento uma ONG, mas acima de tudo, eu continuo insistindo no  
764 respeito as leis, os pareceres técnicos que responderem pelas necessidades de  
765 atenderem as legislações, eles precisam ser mantidos. Muito embora, nós possamos  
766 aqui nesse fórum discutir se eles poderão ser entendidos de outra forma, eu concordo  
767 quando se coloca que existem às vezes manifestações contrárias aos



768 empreendimentos onde se senta o foco apenas na proteção ambiental e eu acho que  
769 a combinação de interesses precisa focar fundamentalmente o bem-estar social. Eu  
770 concordo plenamente com o Conselheiro Alex, que é muito fácil aqui em Belém ou em  
771 outra situação semelhante, a gente querer representar a vontade daquele que está lá  
772 no meio do mato e eu falo isso muito a vontade, pois eu sou geólogo, eu passei minha  
773 vida dentro do mato e sei que a ansiedade e o desejo daquela sociedade, daquela  
774 população, daquelas comunidades é melhorar, e às vezes é melhorar já dentro  
775 daquela situação que se encontra, mas já com uma televisão assistindo a novela das  
776 sete, das oito, das nove. Então a gente precisa ter essa responsabilidade de querer  
777 falar em nome de pessoas que não nos autorizam às vezes. Eu quero apenas me  
778 alongar um pouquinho, Senhor Presidente, e eu gostaria de sugerir que o COEMA  
779 desse maior visibilidade e transparência do que está ocorrendo com este Fórum, com  
780 este Conselho, nós precisamos de uma página na internet em que a gente consiga  
781 deixar a sociedade a vontade para acessar o que aqui se passa, não como um  
782 acessório da SEMA, mas como um instrumento, inclusive, de certa forma fiscalizar a  
783 SEMA. Eu sugiro que a gente tenha esta objetividade e urgência, porque a sociedade  
784 na sua maioria, inclusive as academias, desconhecem que aqui é o COEMA e não  
785 sabem da dimensão, da importância e da responsabilidade que nós estamos tratando  
786 aqui. Eu sei que isso implica para a melhoria da estrutura do COEMA, não só de  
787 pessoal, mas de outros quesitos, mas nós entendemos que a legislação que criou o  
788 COEMA também responsabilizou o Estado para dar essas condições, então o Estado  
789 precisa atender o COEMA hoje no ano de 2012, no século XXI. Eu também entendo  
790 que nós estamos tendo alguns exageros nas condicionantes e isso é uma crítica  
791 construtiva e eu gostaria que o pessoal da SEMA entendesse dessa forma. Bom, eu  
792 estou lendo aqui uma condicionante que diz: “informar qual a destinação do material  
793 oriundo da coleta seletiva de resíduos sólidos.” Para mim devia ser parte do projeto e  
794 não de uma condicionante e já devia estar incluído no projeto para onde estão  
795 mandando ou para onde vão mandar esses resíduos sólidos. É só uma lembrança e  
796 uma necessidade de a gente olhar esses projetos, por exemplo, esses que tem seis  
797 aos e a gente já precisaria ter isso instalado, construído dentro do projeto como  
798 condicionante. Eu gostara também, que o Presidente estudasse a possibilidade de um  
799 representante desse Conselho sempre se fazer presente nas audiências públicas,  
800 principalmente aqueles das câmaras afins, que eu não sei qual é a possibilidade ou a  
801 condição, mas que isso possibilitaria uma melhor avaliação do Conselho. Por fim, eu  
802 solicito o que já foi destacado aqui, nós recebemos somente ontem o parecer técnico  
803 da Câmara do COEMA e a gente precisaria talvez de uns dias para que a gente  
804 tivesse melhores condições de avaliar essa situação. Era só isso, eu agradeço a  
805 atenção. **Dr. Alberto Colares:** Nós vamos avaliar com relação à página na internet.  
806 Com relação à informação que está como condicionante, a condicionante é a  
807 informação e a empresa já tem o programa, o que ela precisa e o que estamos  
808 fazendo é reforçando a necessidade desse monitoramento. Com relação à  
809 participação em audiência pública nós em princípio fazemos convite a todos os  
810 conselheiros para participarem da audiência pública e vamos fazer sistematicamente  
811 agora, antes do período de avaliação da Câmara Técnica, reuniões antecipadas  
812 chamando todos os conselheiros, não só os da câmara técnica, com a presença dos  
813 empreendedores para tirar dúvidas com relação ao empreendimento. Assim, tanto a  
814 câmara técnica, como os conselheiros já tem informações e podem tirar suas dúvidas  
815 com os empreendedores. Vamos fazer esse exercício de antecipar o parecer, o que

816 facilita para a câmara técnica essa avaliação. Nós não temos cumprido na última  
817 reunião, porque a coisa é complicada do ponto de vista de organização, são  
818 simultâneos EIA's, RIMA's que a gente tem que fazer e nem sempre a gente consegue  
819 cumprir o cronograma exato da finalização técnica, embora a gente venha  
820 monitorando, a gente tem com a equipe técnica um quadro de gestão e neste caso aqui  
821 foi em função de férias e um monte de coisas, mas antes de passar a palavra para o  
822 Dr. Armando Teixeira, que chegou depois da votação mais ele quer também se  
823 manifestar e ele já pediu a palavra. **Dr. Armando Soares:** Bom, eu não sei como foi a  
824 aprovação, mas a Federação da Agricultura vota obviamente a favor do  
825 empreendimentos, porque essa é a missão que tem a Federação da agricultura a  
826 respeito de tudo que é empreendimento que possa de alguma forma contribuir para o  
827 desenvolvimento econômico do Estado do Pará e eu quero parabenizar o doutor Alex  
828 e assinar embaixo da exposição que ele fez e foi muito feliz a respeito do cenário  
829 amazônico e paraense e gostaria de enfatizar de que infelizmente, para resumir a  
830 coisa, se colocou a polícia antes da civilização. A Amazônia está estagnada desde a  
831 época da borracha vem sendo saqueada e não se leva em consideração o caminho  
832 para o desenvolvimento, pelo contrário, criam-se obstáculos para que se faça o  
833 desenvolvimento dessa terra, então era isso que eu gostaria de deixar registrado aqui  
834 e vim cobrar mais uma vez do COEMA e da SEMA a necessidade de a gente  
835 demonstrar a importância econômica ambiental e social da atividade econômica da  
836 borracha nesse momento crucial que nós temos em função do domínio do ambiental  
837 sobre o ser humano, então, eu gostaria de tornar isso, porque eu acho importante, e  
838 que se avalie a possibilidade de ser criar florestas ricas em vez de se fazer discursos  
839 estéreis que não levam a lugar nenhum para desenvolver questões de grande  
840 importância do Estado do Pará. **Dr. Luiz Moura:** Só para lembrar que nós estamos às  
841 vésperas de analisar dois projetos aqui da Revita e da Itapacurá e nós estamos ainda  
842 sem receber nenhum relatório técnico nem jurídico e nós estamos a vinte dias da  
843 próxima reunião e nós não vamos ter novamente tempo para fazer uma análise  
844 circunstanciada e distribuir o relatório para todos os membros do COEMA, então eu  
845 gostaria de que fosse confirmada a reunião mas com o fornecimento dos elementos  
846 necessários. **Dr. Alberto Colares:** Eu não tenho agora, Moura, presente aqui os  
847 gerentes tanto das áreas alias, a Edna está aqui e pode explicar. **Edna Corumbá:** A  
848 Itapacurá eu estou terminando a revisão do parecer, a Revita eu acredito que não vá  
849 ficar pronta para essa audiência porque ela teve um probleminha, ela teve que refazer  
850 um estudo e aí eu acho que ela vai passar para frente, a Itapacurá não, eu estou  
851 terminando essa semana e a gente manda para o jurídico. **Dr. Alberto Colares:** Mas  
852 enquanto tempo? Se não a gente pode transferir a reunião. A reunião está prevista  
853 para que dia? Dia dezesseis de agosto. **Edna Corumbá:** O que o Milton passa é que  
854 têm que ser mandado quinze dias antes. **Dr. Alberto Colares:** Pois é, a gente que  
855 mandar quinze dias antes, até porque tem que obedecer ao período de análise e no  
856 que ele está pedindo, neste caso não é possível, porque já houve a reunião prévia, o  
857 que ele está propondo é que antes da data de entrega a gente consiga dar o parecer  
858 um pouco antes porque naquela data de entrega quando a gente vai ouvir os  
859 empreendedores previamente já se faça solicitação de esclarecimento, logo, eu acho  
860 que está muito apertado para o dia dezesseis de agosto. **Milton Maúes:** São dois, não  
861 é doutor, da Revita e da Itapacurá. **Dr. Alberto Colares:** O da Revita me parece que  
862 já não vai ser possível. **Edna Corumbá:** Pois é, acho que Revita já não vai sair. O  
863 jurídico já fez a análise prévia, já solicitou tudo e eles já entraram com toda a

864 documentação, então essa semana deve tá indo para o jurídico para ele só fazer o  
865 parecer dele. **Dr. Alberto Colares:** Tu achas que há possibilidade para o dia  
866 dezesseis de agosto? **Edna Corumbá:** Dá, eu vou terminar. **Dr. Alberto Colares:**  
867 Qualquer coisa a gente avisa o Moura então. Por favor, a doutora Graça queria se  
868 manifestar mais uma vez. **Dra. Maria da Graça Silva:** Primeiramente eu queria elogiar  
869 sua iniciativa de convidar o comandante da polícia militar de participar das reuniões do  
870 COEMA e também até sugerir, se ainda não foi feito, do Secretário de Segurança, eu  
871 acho que seria importante a Polícia Civil e Militar estarem presentes na reunião do  
872 COEMA justamente porque os impactos sociais principalmente de criminalidade,  
873 essas coisas, ocorrem muito nesses projetos, agora, só para polemizar um pouquinho,  
874 doutor Armando eu leio muito os seus artigos que o senhor sempre escreve nos  
875 jornais, no liberal, então eu acompanho e até lhe parabeno por seu profundo  
876 conhecimento e lhe respeito pelo profundo conhecimento que o senhor tem dos  
877 problemas da Amazônia, mas às vezes eu encontro certo radicalismo neles, porque  
878 como o senhor falou em função do que o doutor Alex falou, eu acho que aqui a  
879 Amazônia é subdesenvolvida, é pobre não pela presença dos técnicos e dos  
880 cientistas, pelo contrário, eles ajudam e pelo o que eu conheço, pelo o que eu já tive  
881 de convivência com os técnicos, pra mim é uma das classes mais privilegia, melhores  
882 que existe no planeta, porque sem eles, sem os cientistas, o que seria de nós? Mas  
883 eu acho que a pobreza da Amazônia historicamente é pela falta de comprometimento  
884 de nossos governantes, é pela corrupção, pela falta de competência dos nossos  
885 governantes, não é pela presença dos técnicos, alias, não só dos nossos governantes,  
886 mas também dos nossos parlamentares que lutam pelos nossos direitos. **Jorge**  
887 **Cajango (NPC/SEGUP):** Senhor Secretário, bom dia. Eu sou Jorge Cajango, sou  
888 assessor do Secretário de Segurança Pública, só um esclarecimento, a nossa equipe  
889 aqui, juntamente com o coronel Roberto, nós estamos representando o doutor Luiz  
890 Fernandes, Secretário de Segurança Pública. Muito obrigado. **Dr. Alberto Colares:** E  
891 essa vai ser uma presença constante. Alguma manifestação a mais? Bom, eu queria  
892 chamar atenção para os senhores de que a gente teria no "o que ocorrer" a  
893 apresentação de uma alteração da Resolução oitenta e cinco, como isso foi objeto  
894 antecipado de comunicação aos senhores eu preferia que a gente reapresentasse isso  
895 na próxima reunião, mas eu passo a palavra aqui para o Luiz Flávio só para ele  
896 esclarecer no geral e a gente deixar que essa questão dessas resoluções seja  
897 discutida na próxima reunião, por favor. **Luiz Flávio:** Bom dia a todos, a Resolução  
898 número oitenta e cinco foi a Resolução que foi aprovada aqui pelo COEMA que aprova  
899 as tipologias, na lei maior que cria a lei de taxas diz que o COEMA deliberará sobre  
900 alteração nessas taxas, nessa tabela de tipologias e posteriormente em uma reunião  
901 do COEMA lá na OAB, foi aprovado pelo plenário que na impossibilidade de o  
902 conselho se reunir para aprovar essa tabela, que o Secretário, enquanto presidente do  
903 COEMA ele poderia baixar as resoluções Ad referendum, então nesse sentido devido  
904 a nossa necessidade de trabalho que tem aparecido novas tipologias para serem  
905 licenciadas e não constarem na resolução aprovada o Secretário da época, em dois  
906 mil e dez, baixou uma resolução a zero oitenta e oito e mais recentemente atendido  
907 uma recomendação do IBAMA nós alteramos uma tipologia nossa também que gerou  
908 outra resolução ad referendum que é a Resolução zero noventa e sete, então o que  
909 ficou estabelecido e que essa resolução passariam a entrar em vigor a partir da  
910 publicação, mas que seriam posteriormente apreciadas pelo plenário aqui do  
911 Conselho, como não houve tempo de remeter essas tabelas para os Conselheiros, a

912 proposta do Secretário é que elas sejam apreciadas pelo COEMA na próxima reunião.  
913 **Dr. Alberto Colares:** Bom, tendo essa informação e finalizando a nossa sessão de  
914 hoje, fica portanto aprovado pelo COEMA na data de treze de julho de dois mil e doze  
915 o Licenciamento de Instalação e o Licenciamento de Operação do empreendimento  
916 portuário, projeto CARGIL agrícola em Santarém. Muito obrigado.